

Formação de acervos acessíveis em bibliotecas universitárias: o caso da Biblioteca Central Zila Mamede

Melo¹, Érica Simony Fernandes de
erica@bczm.ufrn.br

Resumo: Relata o processo de desenvolvimento de acervo acessível na Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Aborda a relação entre biblioteca e inclusão na esfera das universidades. Retrata a importância da prática de estudos de usuários para a formação de acervos acessíveis, bem como abrange o conceito de formação e desenvolvimento de coleções. Mostra os tipos de materiais acessíveis que podem fazer parte de um acervo, além de trazer a realidade do processo de formação de uma coleção acessível na BCZM.

Palavras-chave: Acervo acessível – formação. Desenvolvimento de Coleções. Biblioteca Central Zila Mamede. Inclusão. Estudo de usuário. Livro acessível.

1 INTRODUÇÃO

As pessoas com deficiência vêm buscando cada vez mais o seu espaço na sociedade, e esta por sua vez tem o dever de possibilitar esse acesso. Segundo a ONU, mais de um bilhão de pessoas, (15%) da população mundial, vivem com algum tipo de deficiência (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2011). Diante disso, cabe à população assumir a responsabilidade social da inclusão desses indivíduos.

As tentativas de inclusão é algo que vem sendo discutido em todos os ramos da sociedade desde tempos remotos. No âmbito legal muito já se foi construído para a promoção da igualdade de direitos das pessoas com deficiência, passando pela esfera universal como a Declaração de Salamanca, desde o nosso legado maior, a constituição brasileira.

No que se refere à política educacional no Brasil, ressalta-se a iniciativa governamental em relação à construção de um aparato legal que abrange o direito ao acesso à Educação desde o ensino básico ao superior. De acordo com Malheiros

¹ Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Especialização em Gestão Universitária pelo UFRN; Chefe do Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central Zila Mamede/UFRN. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0249677350383977>.

(2013), o Decreto n. 186 de 2008 afirma que os sistemas educacionais em todos os níveis devem ser inclusivos. Ainda segundo a autora “embora existam leis e normas que tentam garantir o acesso de pessoas com deficiência à educação, esse acesso ainda é, do ponto de vista das estatísticas, pouco significativo” (MALHEIROS, 2013, p. 25). E aos que conseguem o acesso ao ensino superior muitas barreiras lhe são impostas causadas pela falta de acessibilidade física e comunicacional.

Diante desse cenário, as Instituições de Ensino Superior (IES) têm a responsabilidade de garantir esse acesso através de ações inclusivas que propiciem a permanência e a conclusão de cursos com sucesso por estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE). Na busca da melhoria constante em prol da inclusão informacional dessas pessoas, no âmbito da universidade a biblioteca exerce papel preponderante por ser instrumento para o processo ensino e aprendizagem. Esta, por sua vez, assume o papel desafiador de adotar ações eficientes na oferta de reais condições de acesso democrático à informação no âmbito universitário, seja através da quebra de barreiras arquitetônicas ou através de disponibilização de conteúdos informacionais por meio da formação de acervos acessíveis.

2 BIBLIOTECA E INCLUSÃO

O acesso à informação, considerada uma conquista democrática, é uma exigência fundamental para o amplo exercício da liberdade e um aspecto relevante no que se refere à inclusão social. De acordo com a constituição brasileira:

Art. 5 Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residente no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XIV – É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional. (BRASIL, 1988)².

E, para o exercício desse direito, torna-se necessário que as pessoas tenham acesso de forma igualitária à informação. Segundo Malheiros (2013, p. 29),

² Documento eletrônico não paginado.

“[...] a acessibilidade à informação é condição *sine quanon* da inclusão dessas pessoas na sociedade”.

A biblioteca, por sua vez, assume um papel de instrumento de democratização da informação, contribuindo para a inclusão social e educacional. Portanto, no âmbito da universidade a biblioteca deve estar preparada para receber qualquer usuário independente de cor, raça, religião, condição sócio econômica e limitação. À biblioteca cabe a função de desenvolver um acervo necessário complementar à sala de aula, abrangendo todas as áreas do conhecimento e registradas em diversos suportes que atenderão as necessidades informacionais de seus usuários.

3 DESENVOLVIMENTO DE ACERVO ACESSÍVEL E ESTUDO DE USUÁRIO

Nas bibliotecas universitárias, o conhecimento é organizado para ser disponibilizado atendendo à necessidade de informação de diversos usuários. Em relação aos usuários com deficiência, as suas necessidades informacionais em linhas gerais não diferem das necessidades dos demais usuários, o que diferencia é o suporte físico da informação e o acesso a esta. Nesse contexto, a problemática está no acesso à informação e tipos de suporte que obedeçam ao conceito de desenho universal.

Em análise a essa problemática, podemos enfatizar as cinco leis de Ranghanatan: que norteiam desde tempos remotos aos dias atuais todo o fazer bibliotecário em relação ao acesso à informação.

1. Os livros são para usar;
2. A cada leitor seu livro;
3. A cada livro seu leitor;
4. Poupe o tempo do leitor;
5. A biblioteca é um organismo em crescimento (TARGINO, 2010, p. 122).

As leis refletem a preocupação dos profissionais bibliotecários em relação ao acesso livre e democrático ao conhecimento, com a preocupação de montar acervos sistemáticos não de forma empírica, mas de forma a atender as necessidades de seus usuários.

Desta forma, enfatizemos aqui a importância do estudo de usuário para a formação de acervos informacionais, e em especial usuários com NEE. Conhecer comportamento de busca, necessidades especiais, como ele irá utilizar a informação, estreitar canais de comunicações entre usuários e bibliotecas. Torna-se necessário que a biblioteca estreite o canal de comunicação com o seu usuário, detectando o seu grau de satisfação, bem como conhecer a fundo as suas particularidades e limitações em relação à leitura do material informacional.

Assim, segundo Malheiros (2013, p. 33), “o desenvolvimento de um acervo equilibrado e adequado às necessidades informacionais (NI) desses usuários irá contribuir para a sua inclusão na sociedade da informação e do conhecimento e também para sua socialização e autonomia.”

As barreiras de comunicação interpessoal, escrita e virtual, devem ser plenamente ultrapassadas. É evidente que as mesmas não podem ser concebidas haja vista a segregação ocasionada aos indivíduos seja por estruturas físicas, seja pela limitação de acesso aos conteúdos informacionais necessários à sua formação (MELO et al., 2014).

Diante do exposto, verifica-se a importância de uma política estruturada de desenvolvimento de coleção em bibliotecas universitárias, que por se tratar de um organismo sempre em crescimento, este processo não deve ser embasado num crescimento desordenado e sem fins de uso.

Evans (1979 apud MALHEIROS, 2013, p. 19) conceitua desenvolvimento de coleção como:

[...] um processo universal realizado em bibliotecas, por meio do qual seus dirigentes adquirem os diversos materiais para atender a demanda dos seus usuários. Um ciclo dinâmico, que consiste em seis elementos definidos: análise da comunidade, políticas de seleção, aquisição, desbastamento e avaliação.

De acordo com Malheiros (2013), uma política de desenvolvimento de coleções constitui o alicerce de toda boa coleção, quer seja tradicional (física) ou eletrônica. Ressalta-se também a importância da formação do profissional Bibliotecário em planejamento e que este tenha conhecimento sobre as Tecnologias Assistivas e diversos suportes informacionais acessíveis.

4 ACERVO ACESSÍVEL

Com o levantamento das necessidades informacionais dos usuários, inicia-se o processo de (re) formulação do acervo para torná-lo acessível aos usuários com NEE. Para tanto, torna-se imprescindível que a biblioteca obtenha o conhecimento sobre possíveis formas de acessibilidade física e comunicacional de acervos informacionais.

Para Godinho (2010 apud MALHEIROS, 2013, p. 100),

A acessibilidade consiste na facilidade de acesso e de uso de ambientes, produtos e serviços por qualquer pessoa e em diferentes contextos. Envolve o Design Inclusivo, oferta de um leque variado de produtos e serviços que cubram as necessidades de diferentes populações, adaptação, meios alternativos de informação, comunicação, mobilidade e manipulação, produtos e serviços de apoio/acessibilidade.

Na formação de um acervo acessível deve ser observado que tipo de suporte informacional irá satisfazer esses usuários. Sugere-se que as bibliotecas possuam em seus acervos não só um tipo de suporte acessível, mas sim várias opções que irão cobrir toda a diversidade de necessidades que existem ou que possam vir a surgir, além de propiciar um leque de opções de escolha para o usuário.

4.1 LIVRO ACESSÍVEL

Em se tratando da terminologia “material informacional acessível”, o Ministério da Educação (MEC) trabalha com o termo Livro Acessível, e enfatiza que é de fundamental importância uma prerrogativa legal, que, em síntese, permite a reprodução de obras escritas, livros na íntegra quando destinadas às pessoas com deficiência visual: tanto no sistema Braille, como em outros suportes, por exemplo, em meio eletrônico, digitalizado, gravado em CD, DVD, pen drive, MP3 (MELO; PUPO, 2010). Em seu capítulo IV, Art. 46, a Lei n. 9.610/98 que aborda os direitos autorais no Brasil afirma que:

Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais:

d) a reprodução de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários (BRASIL, 1998)³.

Cabe ressaltar que além da reprodução de materiais informacionais impressos, adaptação para formatos que sejam acessíveis aos deficientes visuais, estas mesmas alternativas podem ser utilizadas para outras NEE como alguns tipos de transtorno de déficit de atenção, a exemplo da dislexia. Devemos salientar ainda que outras alternativas de acessibilidade informacional podem ser utilizadas para outros tipos de NEE, como por exemplo livros em DVD em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para atender a deficientes auditivos.

A publicação do MEC sobre livro acessível e informática traz os tipos de Livros Acessíveis existentes no Brasil:

- Livro digital em texto: são cópias do conteúdo de um livro impresso para um arquivo de computador com o formato que possa ser reconhecido por *softwares* leitores de tela. Alguns são comercializados por livrarias e outros podem ser acessados em bibliotecas digitais, desde que liberados, ou pelo autor, ou por serem de domínio público, sem infringir aos direitos autorais (MELO; PUPO, 2010);

- Livros formatados para impressão Braille: atendem ao leitor com cegueira ou surdo cego que tenha o conhecimento do sistema Braille. Os usuários podem utilizar uma linha Braille, acoplada ao computador, ou realizar a impressão em Braille do material. Podem ser impressos em duas versões: sem as representações gráficas (ilustrações, fotos, desenhos, gráficos e tabelas), e com as representações gráficas. Sendo que nesta última é elaborada com técnicas especializadas uma transcrição e descrição dessas representações. (MELO; PUPO, 2010);

- Áudio livros: são livros gravados (voz humana) em fita magnética, CD, DVD ou MP3. Todas as pessoas podem se beneficiar de áudio livros uma vez que o leitor tem acesso ao conteúdo dos livros em diversas situações/locais e eles possuem formatos com tendência a popularização e barateamento de custos de produção, aquisição e armazenamento em bibliotecas (MELO; PUPO, 2010);

³ Documento eletrônico não paginado.

- Livros no formato DAYSE (*Digital Accessible Information System*): é um tipo de livro digital e consiste num sistema de processamento de dados, através do qual se pode ter acesso ao conteúdo ortográfico ou áudio gerado nesse padrão. Esse tipo de material só pode ser reproduzido por meio de um *software*. O MEC lançou o software Mecdaysy, de distribuição gratuita, que reproduz textos neste formato. O livro digital em DAYSE permite o acesso à informação a pessoas que possuem algum tipo de limitação à leitura, como idosos, disléxicos e pessoas com deficiências (MELO; PUPO, 2010; FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS, [2015?]);
- Livros com letras ampliadas: livro convencional, ou digital, ofertado em fonte cujo tamanho seja adequado às necessidades do leitor com baixa visão (MELO; PUPO, 2010);
- Livros em Língua Brasileira de Sinais: produzido em DVD com o texto apresentado em LIBRAS. Atende a deficientes auditivos (MELO; PUPO, 2010);
- Livros na perspectiva do Desenho Universal: livros produzidos pela perspectiva do Desenho universal, com edições que possam ser lidas, na maior extensão possível por todas as pessoas, com uma variedade de formatos se adequando às necessidades de diferentes leitores (MELO; PUPO, 2010).

5 A BIBLIOTECA CENTRAL ZILA MAMEDE: AÇÕES DE INCLUSÃO

O crescente número de alunos com NEE ingressantes na Universidade Federal do Rio Grande do Norte passa a exigir de seus Centros e Unidades acadêmicas ações proativas que propiciem a permanência e a conclusão dos cursos desses alunos. Dessa forma iniciativas foram surgindo, desde a criação de Grupos de Estudo no Departamento de Educação à criação de Núcleo e laboratório de acessibilidade. A BCZM também vem fazendo parte desde então dessas iniciativas.

As ações inclusivas na Biblioteca tiveram início em 2002 com a primeira iniciativa de assegurar o direito à acessibilidade informacional a partir da criação do Espaço Inclusivo. O Espaço funcionava na Seção de Informação e Referência da biblioteca, e apesar dos esforços este não atendia às necessidades dos alunos com

NEE, uma vez que ainda não existiam pessoas capacitadas para esse atendimento e um número insuficiente de tecnologias assistivas.

Uma iniciativa destinada de suporte às atividades acadêmicas de três estudantes de cursos de graduação com deficiência visual matriculados na UFRN, e funcionava na Seção de Informação e Referência da BCZM. Funcionava em espaço pequeno, disponibilizando para esta atividade apenas um computador com impressora Braille do modelo Juliet Pró-60, com apenas um bolsista para exercer as atividades de digitalização dos textos utilizados em sala de aula por esses alunos. (MELO et al., 2014, p. 49).

No ano de 2006, por meio de recursos advindos do Programa Incluir do MEC, foi realizado o dimensionamento do espaço físico e adaptações arquitetônicas na BCZM, como plataforma elevatória, rampas de acesso, instalação de piso tátil e sinalizações em Braille.

Em resposta à política de inclusão na UFRN foi criada a Comissão Permanente de Apoio ao Estudante com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE), por meio da Portaria n. 203/10-R, de 15 de março de 2010, com a incumbência de apoiar e orientar a comunidade universitária sobre o processo de inclusão de estudantes com NEE, no âmbito da instituição (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010).

Em 2011, com o significativo aumento da demanda de alunos com NEE, crescente a cada ano, e da procura pelos serviços do espaço inclusivo, principalmente daqueles com deficiência visual, foi implantado na BCZM o Laboratório de Acessibilidade.

5.1 LABORATÓRIO DE ACESSIBILIDADE

O Laboratório de Acessibilidade (LA) é um setor integrante da Coordenadoria de Apoio ao Usuário (CAU) da BCZM, em conformidade com o Regimento interno da biblioteca (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2013). Está localizado no prédio anexo da biblioteca, seguindo as diretrizes administrativas da BCZM e técnico-financeiro da CAENE.

O objetivo do LA é garantir o direito às pessoas com NEE, a acessibilidade à informação e condições de acesso ao conteúdo didático necessário à sua formação

acadêmica. Desse modo, o LA atende às demandas de diversos cursos de graduação e pós-graduação da UFRN, acompanhando os discentes com deficiência visual, transtorno de déficit de atenção com hiperatividade (TDH) e Dislexia.

Na tentativa da promoção da igualdade de acesso à informação pelos discentes com NEE, o LA realiza a adaptação das informações impressas disseminadas em sala de aula para formatos acessíveis, tais como digitalizados, em Braille, MP3 ou ampliados. Esse serviço é elaborado em conformidade com a Lei n. 9.610/98, a Lei de Direitos Autorais (BRASIL, 1998). Outros serviços oferecidos são transcrição e impressão de materiais para o sistema Braille; produção de textos em fontes ampliadas/conversão de textos para áudio em MP3; treinamento para utilização de *softwares* acessíveis; orientação à pesquisa bibliográfica e digital; orientação sobre mobilidade no ambiente da UFRN; e agendamento de visita guiada ao laboratório.

Para a produção desses materiais, o LA dispõe de uma estrutura tecnológica assistiva como *softwares* leitores de tela e ampliadores (JAWS, NVDA, DOSVOX, Zoom Text), impressoras em Sistema Braille; scanner leitor de imagens e com reconhecimento de caracteres; diferentes tipos de lupas, notebooks, gravadores, computadores, máquina Perkins Braille, bengala dobrável, calculadora sonora, plano inclinado, reglete e punção, globo tátil, sorobã, colmeia para teclado, entre outros.

Cabe ressaltar também a significativa contribuição do LA para com a formação de um acervo acessível na BCZM, uma vez que todo o material informacional produzido no LA é armazenado e disponibilizado em um Repositório informacional digital onde os usuários com NEE podem ter acesso.

6 O DESENVOLVIMENTO DE ACERVO ACESSÍVEL NA BCZM

Diante da necessidade de atualização de seu acervo e de rever processos e estratégias de planejamento em relação à formação e manutenção deste, no ano de 2009 a BCZM forma uma comissão, composta por profissionais bibliotecários de todos os setores com o objetivo de formular e avaliar todo o processo de desenvolvimento de coleções do Sistema de Bibliotecas da UFRN (SISBI), bem como produzir um documento que abrangesse toda a política de coleções a ser seguida por todo o sistema.

Nesse contexto, em 2010 foi instituído e publicado o documento da Política de Desenvolvimento de Coleção do SISBI. Atualmente, frente a crescente demanda de usuários e suas particularidades a biblioteca se deparou com a necessidade de uma reformulação em sua política, de modo que esta possa abranger as diversas necessidades informacionais de seus usuários, fornecendo-lhes os suportes necessários e o acesso igualitário à informação armazenada e disponibilizada em nossa biblioteca.

Por meio de estudos avaliativos da comissão da Política de desenvolvimento de coleções da BCZM, observou-se a necessidade de adequação dos processos de formação de coleções, em especial os processos de seleção, aquisição e disponibilização de material informacional que atendesse de forma eficiente a todos os usuários, e em especial a essa nova demanda de usuários com NEE que frequentem a biblioteca.

No processo de desenvolvimento de coleções de uma biblioteca universitária pública torna-se necessário destacar a aquisição de materiais informacionais como sendo atualmente, no caso da BCZM, objeto de entrave burocrático que gera uma grande discussão dentre os profissionais Bibliotecários que fazem parte do quadro do SISBI.

Na UFRN, o processo de aquisição por compra do material informacional impresso é embasado em processo de licitação pública, no qual a universidade possui uma rubrica orçamentária específica para essa aquisição. Vale salientar que a BCZM também trabalha com as modalidades de doação e intercâmbio de materiais.

Em busca da formação de um acervo acessível na BCZM torna-se necessário a busca por alguns instrumentos legais, como a Lei n. 13.146/2015, que em seu Art. 68 afirma que:

Art. 68. O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação.

§ 1º Nos editais de compras de livros, inclusive para o abastecimento ou a atualização de acervos de bibliotecas em todos os níveis e modalidades de educação e de bibliotecas públicas, o poder público

deverá adotar cláusulas de impedimento à participação de editoras que não ofertem sua produção também em formatos acessíveis.

§ 2º Consideram-se formatos acessíveis os arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por **softwares** leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em Braille. (BRASIL, 2015)⁴.

Diante disso, a BCZM está procurando adequar a sua Política de Desenvolvimento de coleções às exigências legais. Vale salientar que a articulação com setores administrativos da UFRN torna-se primordial, uma vez que nos deparamos com decisões legais e de ordem administrativas que extrapolam os muros da biblioteca. Observa-se também que a adoção dessa lei é algo ainda novo no país e que é necessário que o mercado editorial se adeque a essas exigências legais.

Embora a biblioteca ainda esteja em processo de avaliação e implantação de uma nova política de desenvolvimento de acervo que englobe a questão de um acervo acessível, a BCZM já vinha realizando algumas ações que propiciaram a formação de um pequeno acervo acessível.

6.1 COLEÇÃO NEE

A Coleção NEE é formada por livros em Braille, com fonte ampliada e livros falados. Atualmente é constituída de 131 títulos que abordam, na sua maioria, obras literárias.

A formação desse acervo se deve em grande parte à doação realizada por instituições de renome na área de produção de materiais informacionais acessíveis, como a Fundação Dorina Nowill. Para formalizar a doação à BCZM foi firmado o convênio com a Fundação e, dessa forma, a doação tornou-se contínua.

⁴ Documento eletrônico não paginado.

6.2 REPOSITÓRIO DE INFORMAÇÃO ACESSÍVEL

Devido à necessidade de promover a acessibilidade informacional, a BCZM, por meio do LA, criou o Repositório de Informação Acessível (RIA). O RIA disponibiliza um acervo de textos digitalizados, que são adaptados pelo LA, em conformidade com a Lei de Direitos Autorais.

O objetivo do RIA é armazenar, preservar e disponibilizar conteúdos em formato acessível ao discente com NEE. O Repositório propicia acessibilidade comunicacional e disponibiliza eletronicamente o conteúdo informacional didático em formato digital multimídia ou hipermídia, beneficiando o processo ensino-aprendizagem desses alunos. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2014).

O acervo do RIA é composto de livros completos, capítulos de livro, artigos de periódicos e partituras, seja em formato digital para ser lido por leitores de tela, seja em áudio através do formato MP3.

Devido aos cuidados com a infringência à Lei de Direitos Autorais, primordialmente o acesso ao RIA, controlado através de cadastro, era realizado apenas por discentes da UFRN com NEE. Com a formalização de parcerias com outras instituições que também possuem repositórios de informação digital (Universidade de Brasília – UnB), com o objetivo de intercambiar registros bibliográficos como também propiciar o acesso aos discentes com NEE matriculados nessas instituições.

O acervo acessível digital do RIA passa por alimentação contínua de materiais informacionais realizada pelo LA. Com a aquisição futura de títulos digitais acessíveis pela BCZM, esse acervo será armazenado e disponibilizado através do RIA.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de um acervo acessível em bibliotecas universitárias não é uma tarefa fácil, mas trata-se de um processo imprescindível para a democratização do acesso à informação. A biblioteca como um organismo vital no âmbito das IES deve

garantir esse acesso, uma vez que faz parte de seu objetivo principal fornecer o suporte informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão nas universidades.

Ressalta-se a importância do papel do profissional bibliotecário em relação à busca de capacitações necessárias e estudos de usuários para que este conheça profundamente as necessidades informacionais de seus usuários, em especial os que possuem alguma NEE.

Portanto, a BCZM a exemplo de outras instituições no país vem buscando a inclusão informacional de seus usuários. Vale salientar que a construção de seu acervo acessível ainda está em formação, apesar da existência de algumas ações concretas.

Training accessible collections in university libraries: the case of Biblioteca

Central Zila Mamede

Abstract: It reports the process of affordable collections development in the Central Library Zila Mamede (BCZM) of Federal University of Rio Grande do Norte. It addresses the relationship between library and inclusion in the sphere of universities. It portrays the importance of users studies practice for the formation of accessible collections, and embraces the concept of formation and development of collections. It shows the types of affordable materials that may be part a collection, besides bringing to reality of the process of affordable collection formation in the BCZM.

Keywords: Affordable collections – Formation. Development of collections. Central Library Zila Mamede. Inclusion. Users studies. Affordable book.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 04 nov. 2015.

_____. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 04 nov. 2015.

_____. Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF, 1998.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/L9610.htm>. Acesso em: 03 nov. 2015.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. **Livros acessíveis**. [2015?]. Disponível em: <<http://www.fundacaodorina.org.br/o-que-fazemos/livros-acessiveis/#livro-digital-daisy>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

MALHEIROS, Tania Milca de Carvalho. **Necessidade de informação do usuário com deficiência visual**: um estudo de caso da Biblioteca Digital e Sonora da Universidade De Brasília. 2013. 306f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2013.

MELO, Amanda Medeiros; PUPO, Deise Tallarico. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**: livro acessível e internet acessível. Brasília, DF: Ministério da Educação; Universidade Federal do Ceará, 2010.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de et al. Experiências em acessibilidade e inclusão na UFRN: o Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Zila Mamede. **Gestão & conexões**, Vitória, v. 3, n. 1, p. 43-67, jan./jun. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Mais de um bilhão de pessoas no mundo tem algum tipo de deficiência, informa relatório da ONU. **Nações Unidas no Brasil**, 9 jun. 2011. Notícias. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/mais-de-um-bilhao-depessoas-no-mundo-tem-algum-tipo-de-deficiencia-informa-relatorio-da-onu/>>. Acesso em: 03 nov. 2015.

TARGINO, Maria das Graças. Ranganathan continua em cena. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 39, n. 1, p. 122-124, Jan./Apr., 2010. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-1965201000008&script=sci_arttext>. Acesso em: 04 nov. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Portaria n. 203/2010 – Reitoria, de 15 de março de 2010. Institui Comissão Permanente denominada Núcleo de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais, vinculada ao Gabinete do Reitor. Natal, 2010.

_____. Biblioteca Central Zila Mamede. **Regimento Interno da Biblioteca Central Zila Mamede**. Natal, 2013.

_____. Resolução n. 054/14 - CONSEPE, de 11 de março de 2014. Estabelece normas sobre a política institucional de informação do Repositório de Informação Acessível (RIA) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal, 2014.

_____. Sistema de Bibliotecas. **Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções**. Natal, 2010.